

## 1.Introdução

A existência dos sujeitos<sup>1</sup> trans e travestis, como nos lembra Bento (2008), *deixa às claras* que o corpo-sexuado que lhe foi atribuído não serve para lhe dar sentido e que o processo de reconstrução do corpo é marcado por conflitos ao mesmo tempo em que aponta os limites da eficácia das normas de gêneros<sup>2</sup>. Tal fato coloca, no entanto, os/as trans e as travestis em permanente negociação com as normas de gêneros e, conseqüentemente, em busca de condições de inclusividade e, sobretudo de aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias que se demonstrem potentes para responder de maneira eficiente e sensível aos seus anseios, interesses e objetivos.

Diante disso, acredita-se que as interfaces entre Direito e Literatura podem proporcionar potentes reflexões, pois, entende-se que a partir da gramática das artes é possível transpor as dicotomias naturalizadas e normatizadas estabelecidas pelas estruturas de poder, já que essa gramática possibilita a compreensão de uma mesma situação a partir de outros olhares. Assim, este escrito tem como objetivo analisar como o texto “e se eu fosse pura/puta de Amara Moira contribui para a reflexão das interdições experimentadas, no contexto brasileiro, pelos sujeitos travestis e trans e, a partir disso, detectar de que forma textos literários, como o analisado, podem descortinar aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias.

Tem-se, neste contexto, como questão de pesquisa: em que medida o texto de Amara Moira contribui para detectar como textos literários podem descortinar aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias, isto é, capazes de responder de maneira eficiente e sensível aos anseios, interesses e objetivos dos sujeitos trans e travestis no cenário brasileiro? Assim, parte-se das hipóteses de que o texto de Amara Moira tem potencial para descortinar como textos literários podem estruturar aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias, bem como contribui para a reflexão das interdições experimentadas pelos sujeitos travestis e trans no contexto brasileiro.

---

<sup>1</sup> Vale-se do aporte de Foucault para compreender essa categoria (2010).

<sup>2</sup> Grafá-se no plural esta categoria, pois, como Brum e Dias (2022), compreende-se ser a melhor grafia para expressar a multiplicidade de vivências e experiências que compõe os gêneros humano.

Para isso, valendo-se da revisão bibliográfica, estrutura-se este escrito em três momentos. Inicialmente, no tópico denominado “‘Doía, e era o que tinha pra noite’ – As dores expressas na literatura como contribuição para os estudos do Direito” fala-se sobre como uma linguagem distinta da empregada no âmbito jurídico, como, neste caso, a das artes, demonstra-se potente para estruturar novos olhares acerca da mesma situação. Já, no tópico seguinte, intitulado como “Uma ‘travesti escritora’ e um ‘destino amargo’ – Amara Moira e a narrativa de si” busca-se compreender o processo de constituir-se de Amara. E no tópico, “Conquistar uma linguagem para falar de si e para falar das outras” propõe-se compreender como ao falar de si, Amara fala com um grupo e também de um grupo.

Chama-se a atenção para o fato de que esta investigação trata de recorte de uma pesquisa mais ampla em que se problematizam as inter-relações entre as temáticas de gêneros, sexualidades, Direito e Literatura.

Cabe referir que Amara Moira, a autora do livro, identifica-se como uma mulher travesti e, desta forma, o seu nome (prenome) compõe sua construção identitária, assim, sem desconsiderar o direcionamento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – NBR 6023), faz-se o chamamento pelo nome da autora neste escrito e não pelo seu sobrenome. Faz-se esta opção teórico- metodológica porque se compreende que o processo de identificação das travestis perpassa pela possibilidade de autonomar-se, autorreferir-se autoidentificar-se socialmente a partir da construção do nome ressignificado. Aliás, chama-se atenção que se fará esta forma de chamamento, pelo nome (prenome) e não pelo sobrenome sempre que a/o autora/autor utilizado identificar-se com a identidade trans ou travesti.

Também, menciona-se que se vale da flexão feminina *a* travesti porque essa identidade de gêneros, conforme Pelúcio, é marcada pela construção do feminino em corpos masculinos (Pelúcio, 2009), além de demarcar uma posição política, já que se pode observar, a partir das narrativas de sujeitos que se identificam como a identidade travesti ou transexual, que o tratamento no gênero feminino é a forma mais frequente como as travestis

se nomeiam (Amara, 2017; Jaqueline, 2015)<sup>3</sup>. Ainda, esclarece-se que não há, nesta investigação, uma definição exaustiva ou, conforme Benedetti (2005), categórica dos sujeitos que se identificam com a identidade travesti ou trans, pois não somente contraria o objetivo dessa pesquisa categorizar os sujeitos, mas, fundamentalmente, porque este trabalho orienta-se por meio da compreensão de que tais identidades são construções efetuadas ao longo das vivências desses (Benedetti, 2005). Faz-se, deste modo, referência às identidades das autoras/autores a partir do reconhecimento das suas construções identitárias.

Acredita-se, portanto, que esta investigação - de natureza interdisciplinar-, não apenas desvele as interdições experimentadas pelos sujeitos trans e travestis, mas aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias e que, portanto, demonstre-se potente para responder de maneira eficiente e sensível aos seus anseios, interesses e objetivos.

## **2. “Doía, e era o que tinha pra noite” – As dores expressas na literatura como contribuição para os estudos do Direito**

Uma parte dos estudos em Direito e Literatura tem se debruçado sobre a possibilidade de as artes trazerem para seus apreciadores dimensões outras acerca de fenômenos não vivenciados, perspectivas diferentes a respeito de eventos e condições sobre as quais apenas ouvimos falar sem, no entanto, termos experimentado. Nesse sentido, pensamos obras literárias de sujeitos trans e travestis como uma espécie de passaporte que desloca nosso olhar para aquela realidade, por vezes pouco abordada em virtude das mais diferentes interdições e silenciamentos impostos a estes sujeitos.

Cumprir destacar, aqui, que, para esses discursos socialmente silenciados, a atividade literária ganha ainda mais notoriedade, uma vez que se institui como caminho para a expressão de realidades pouco conhecidas em virtude do pouco espaço para *ser* a elas dado em nossa sociedade. O cotidiano apresentado em obras literárias escritas por pessoas trans e travestis, não raro, aborda, narra e descreve violências.

---

<sup>3</sup> Assim como Amara, Jaqueline identifica-se com a identidade transexual, por isso, faz-se o chamamento pelo primeiro nome – ainda que não se desconsiderar o direcionamento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – NBR 6023).

Remete-se aqui às mais diferentes violências, desde aquelas que figuram como simbólicas na vida destes narradores e destas narradoras até a violência física das agressões, a violência física da fome, a violência psicológica do espaço negado do existir, a violência de não poder decidir, de não ter escolhas<sup>4</sup>. As narrativas deste grupo não aparecem na televisão, na grande mídia, a violência sofrida não causa indignação nas conversas corriqueiras, a negação de direitos sequer é pensada pela maioria das pessoas neste cenário.

Aliás, é significativa a dificuldade em localizar dados<sup>5</sup> e notícias das violências sofridas pelas/os trans e travestis. Isto porque, seguindo as proposições butlerianas (2019), compreende-se que se a violência é cometida contra aqueles sujeitos que são considerados irreais, então, da perspectiva da violência, não há violência ou negação de vidas, uma vez que elas já foram negadas na sua constituição. Elas, portanto, não são quantificadas, ou seja, dignas de nota, porque sempre estiveram perdidas, ou melhor, nunca foram vidas que deveriam ser valorizadas e preservadas, isto é, vivíveis (Butler, 2019).

É a partir deste caminho que pensamos a literatura com Derrida (2014, p. 25-6), para quem:

A potência da literatura, enquanto instituição ligada às modernas democracias com o poder praticamente infinito de dizer tudo, consiste em encenar esse desejo de justiça, ali mesmo onde até o mais simples direito falta [...]. Um poder literário que configura mais um despoder, o poder de dizer o não dito, em reserva, de trazer à discussão temas pouco ou maltratados pela mídia, pela filosofia, pela história e por outras ciências humanas (Derrida, 2014, p. 25-6).

---

<sup>4</sup> Sabe-se que a violência direcionada aos sujeitos trans e travestis no Brasil não se resume a fatal. Há diversas exclusões vivenciadas cotidianamente por estes sujeitos. Diante disso, para além da violência fatal Benevides e Nogueira chamam a atenção para “a conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade que abandona e marginaliza sujeitos que rompem com os padrões hetero-cis-normativos. A maior parte da população trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas” (Benevides, Nogueira, 2019, p. 4).

<sup>5</sup> O Boletim da Antra nº 02/2020 — *Assassinato contra travestis e transexuais em 2020* — chama atenção para o fato de o Brasil continuar sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. O país passou do 55º lugar de 2018 para o 68º em 2019 no ranking de países seguros para a população LGBTQI. E apenas nos dois primeiros meses dos anos, entre 1/01 e 28/02/2020 (inclusive ano bissexto em 2020), o Brasil apresentou aumento de 90% no número de casos de assassinatos em relação ao mesmo período de 2019. Em 2019 foram 20 casos no mesmo período, enquanto em 2020, 38 notificações. O maior da série dos últimos quatro anos. Superando 2017, ano em que o Brasil apresentou o maior índice de assassinatos de sua história de acordo com o Atlas da violência e anuário da segurança pública (Antra, 2020, p. 1).

As crônicas, poemas, causos de Amara Moira em “E se eu fosse pura/puta” permitem que conheçamos sua história e, com ela, a história de tantas outras trans e travestis em seus difíceis percursos de construção e desconstrução de identidades em uma sociedade que normativiza os corpos; as ruas como caminho; as violências sofridas; o percurso do “existir”.

A construção identitária de Amara, construída ao longo do seu texto, permite, então, pensar como o sujeito é formado pelas diversas identidades que o constituem e passa a se identificar num determinado contexto seus interesses sociais, como lembra Hall (2006). Aliás, é a partir desta construção que Hall diz que a forma correta de entender “o sujeito e a concepção de identidade decorre da compreensão do sujeito descentrado” (Hall, 2006, p.13), isto porque este assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do *eu coerente*, pois, o sujeito “dentro de diferentes direções contraditórias é empurrado em diferentes direções, de tal modo que suas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (Hall, 2006, p.13).

Tal forma de pensar demonstra-se fundamental porque subverte a construção identitária estabelecida de forma fechada, heterogênea e centrada na construção de um sujeito único. As identidades devem ser consideradas como algo em constante construção e não podem ser tomadas como permanente (Louro, 2003). O próprio processo de construção de identidades produz o sujeito conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial e permanente, assim, possibilitando o reconhecimento das múltiplas identidades de gêneros, como é permitido perceber a partir do texto de Amara.

A compreensão de que a identidade não é, deste modo, definida pelas características biológicas, mas a partir das concepções sociais, culturais, linguísticas, políticas e históricas, possibilita perceber que a construção de gêneros é uma construção estabelecida por meio da própria desconstrução (Butler, 2012).

### **3. Uma “travesti escritora” e um “destino amargo” – Amara Moira e a narrativa de si**

Nesse cenário, destacamos a escritora brasileira Amara Moira, que além de escritora é ativista e doutora em literatura pela Unicamp, tendo sido a primeira mulher travesti a receber o título naquela universidade utilizando seu nome social. Amara é autora

de “Vidas Trans: a coragem de existir” (2017) em co-autoria com João W. Nery; “Neca + 20 poemetos travessos” (2021), mas seu primeiro livro publicado e selecionado para a discussão aqui proposta foi “E se eu fosse pura/puta” de 2016, baseado em seus escritos em um diário e em um blog em que narra seu cotidiano como prostituta. O livro foi traduzido para o espanhol em 2022.

A obra de Amara Moira já se comunica de maneira intensa com seu leitor a partir da capa. A imagem do corpo e, no corpo, o título que contém em si um jogo de palavras e, também, um jogo semântico: “E se eu fosse pura” que também pode ser lido como “E se eu fosse puta”. Este jogo de palavras que aparece no corpo permite múltiplas leituras e um convite ambíguo para acessar o livro. Vale ressaltar, ainda, que tal ambiguidade se estende ao nome dado ao livro em diferentes buscadores, podendo ser encontrado em uma e outra forma. Cumpre destacar que, na ficha catalográfica da versão revista e atualizada, o título é “E se eu fosse pura” e há uma explicação para isso.

A razão vem expressa em um texto acrescido à versão atualizada com o seguinte nome: “A título de justificativa” em que a autora explica que o título original “E se eu fosse puta” causou constrangimento a alguns que não conseguiam passar o livro pelo caixa, a possibilidade de este livro não figurar nas estantes e nos consultórios e, então, operou-se uma modificação que facultasse à obra circular em diferentes ambientes.

Na edição revista, importante dizer que a primeira edição foi esgotada, abaixo do nome da autora – Amara Moira – vem o seguinte acréscimo: travesti e doutora em letras. Para alguns leitores, pode parecer algo pequeno, talvez até desnecessário, mas, um olhar mais cuidadoso mostra a importância da afirmação desta identidade já na capa bem como a titulação de sua autora que atravessa um espaço de marginalização destinado à identidade ali reforçada e alcança o ponto mais alto da carreira acadêmica em uma universidade de prestígio.

Ainda nas páginas iniciais, temos uma página de diário que sinaliza o convite para ler uma narrativa autobiográfica. E, no sumário que vem em seguida, temos outras vezes que se juntam à de Amara para contar esta história que, ainda que dela, é também de outras travestis. A obra conta com prefácio de Indianare Alves Siqueira, apresentação de Laerte, o acréscimo “Conselhos de uma profissional pra quem pensa em fazer carreira” escrito por

Vitoria M. e posfácio produzido por Monique Prada e intitulado “Dedo no rabo do teu pseudotransgredir”. Todo este passeio pelo livro desde suas páginas iniciais é feito para que pensemos a potência de dizer de que se reveste a obra.

O convite para a leitura do livro é um convite para a leitura de um texto autobiográfico e pensamos o referido gênero com a pesquisadora Leonor Arfuch (2010) que coloca em perspectiva a questão da autobiografia na contemporaneidade, abordando seu papel entre o “eu” e o “nós” para trazer a ideia de que autobiografias – hoje – podem representar grupos, identidades:

Novas narrativas, identificações, identidades (políticas, étnicas, culturais, religiosas, genéricas, sexuais etc.), novos modelos de vida possíveis, cuja manifestação à luz do público supõe e pugna e o conflito, assim como a revalorização da ideia mesma de “minoría”, não necessariamente na chave do “menor” em número ou importância, mas precisamente no sentido de Deleuze, como diferenciação da norma – ou da “normalidade”, sempre majoritária – ou da hegemonia, que é desse modo desafiada (Arfuch, 2010, p. 100-1).

Nesse pensar, autobiografias de indivíduos que desafiam os imperativos da “normalidade” para além de um “eu” ali contado podem trazer consigo a potência de um “nós”, de um grupo que tenha trilhado caminhos semelhantes, vivenciado experiências e enfrentado obstáculos afins.

Esse reconhecimento de uma pluralidade de vozes faz com que já não seja possível pensar o binômio público/privado no singular: haverá vários espaços públicos e privados, coexistentes, divergentes, talvez antagônicos, o que é também uma maneira de dar conta das diferenças – e desigualdades – que subsistem na aparente homogeneidade da globalização, mesmo quando a distinção de classes sociais tenha se debilitado em seus sentidos tradicionais, em prol da complexidade de uma combinatória cultural (étnica, genérica, religiosa etc.) que se acrescenta a ela, mesmo sem substituí-la (Arfuch, 2010, p. 101).

No momento atual, importante considerar que a escrita autobiográfica ultrapassa o limite imposto em tempos idos de que só determinadas personalidades poderiam se dedicar a este tipo de produção. Escritas de vidas comuns, diários, cartas vão dando novas feições para o texto autobiográfico.

Logo de início, sabemos que estamos diante de relatos da autora rascunhados em seu celular na volta pra casa com as sensações ainda vivas em seu corpo e mente “[...] a maquiagem borrada, gosto de camisinha na boca” (Amara, 2018, p. 153); seus primeiros relatos são publicados num blog e posteriormente reunidos em livro.

A narrativa não é linear, consta de digressões e, neste retorno no tempo, nota-se a oscilação do pronome, pois, nos textos escritos aos 19 anos a narradora ainda se referia a si no masculino, com o passar do tempo, assume a identidade feminina. Ela relata um episódio em que participa da gravação de um filme destinado ao público adulto em que contracena com uma namorada que já havia passado pelo processo de transição e aborda os reflexos disso em sua própria vida: “Tentando viver na transição dela a que eu sequer me permitia imaginar para mim, aceitei” (Amara, 2018, p. 75).

Por esse caminho, a sucessão de crônicas ali narradas vai dando ao leitor a dimensão da travessia do existir, desta identidade que vai sendo construída, de um corpo que vai sendo descoberto, experimentado e vivenciado aos poucos – a experiência nas ruas, por vezes brutal, em outras divertida, permite acompanhar o tornar-se por parte da narradora.

O leitor acompanha este processo do ser mulher, as iniciativas para portar-se como mulher (ou como acredita-se pelos mais diferentes motivos que uma mulher deva ser ou parecer), beijar e abraçar como mulher, assumindo esta identidade que sempre esteve ali, porém, interdita por uma série de regras do jogo social. “Coisas mudam quando você se lança de cabeça na transição, o andar, a postura, a forma de interagir com as pessoas, o tom de voz, coisas que vivo como um desafio autoimposto mais do que uma obrigação (Amara, 2018, p. 472).

Em determinado ponto da narrativa, compreendemos que a transição só ocorre aos vinte e nove anos, até então, a narradora era lida socialmente como “[...] homenzinho padrão, nada afeminado” (Amara, 2018, p. 526). É nesse passo que compreendemos que a atividade de Amara Moira na obra em discussão neste estudo não se trata de simples narrar-se, de contar experiências vividas, mas de constituir-se enquanto conta esta história, de afirmar-se enquanto identidade, com todas as nuances envolvidas neste vir a ser.

Na perspectiva de Franco e Soares (2018, p. 433): “A cada capítulo, Amara vai se (des)construindo na/pela linguagem, demonstrando o poder das palavras e as relações que ela estabelece. Ao mesmo tempo, é um exercício de alteridade, uma provocação às normas e à linguagem canônica, higienizada e bem comportada”. O narrado e a linguagem pela qual isso se faz vão pelo mesmo caminho, desafiam o conhecido e se constituem a partir das bordas, das margens.

A autora, ao mencionar o processo de transição, nos conta que com a identidade travesti veio também a primeira violência sexual. Em determinado ponto do livro, relata: “[...] sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma tatuagem na testa; bastou me verem travesti e já começou o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto posava de homem” (Amara, 2018, p. 309).

E, por este caminho, vamos acompanhando as sucessivas violências que sofre a narradora assim que se vê travesti: “[...] quanto valia esse tempo, esse corpo?” (Amara, 2018, p. 318). Frio, roupas desconfortáveis, saltos altos, uso de drogas para enfrentar a noite pelas travestis e pelos clientes “[...] primeira vez que eu via alguém cheirar na minha frente” (p. 421), clientes que não pagavam, clientes violentos “[...] e eu queria algo mais do que me sentir um buraco” (Amara, 2018, p. 327).

No decorrer das páginas, nos é dado conhecer o cotidiano desta escritora-puta ou puta-escritora, nas palavras dela. Programas que vão desde o “matel”, passando pelo interior de carros e quartos de pensão mais raramente e acompanha-se, por conseguinte, uma espécie de aprendizado acerca da vida nas ruas que se transformam à noite para abrigar relações, negociações, sexo, tesão, violência. “E se eu fosse puta? Bem, agora, eu era” (Amara, 2018, p. 257).

As ruas se transfiguram à noite, ganham outros tons e são habitadas por outros corpos, aqueles que precisam se esconder, não se manifestar aos olhos de todos ao longo do dia. Esta imagem criada por Amara Moira remete ao cenário construído por Camila Sosa Vilada em *Parque das Irmãs Magníficas*, nesta narrativa o Parque Sarmento, local de brincadeiras, povoado de crianças e famílias ao longo do dia, assim como as travestis, se traveste à noite para receber visitantes marginalizados.

O que a travessia da narradora e seu trabalho nas ruas nos apresentam é a prostituição como o destino traçado para as mulheres travestis e trans que dificilmente serão vistas ocupando outras posições numa sociedade que as subalterniza. O leitor se faz o mesmo questionamento que a narradora: “Já viu travesti professora, advogada, cientista, médica?” (Amara, 2018, p. 277). Este questionamento trazido pela Amara e dividido pelos leitores é significativo porque tal interrogação parece dizer muito do contexto de interdição que é vivenciado no cenário brasileiro pelas travestis e trans. Como explica Butler (2019) em *Vidas precárias: o poder do luto e da violência*, a violência parece transmitir uma mensagem de *desumanização* dos sujeitos que a vivenciam. Afinal de contas, interroga Butler, se uma pessoa está perdida, e se essa pessoa não é *um humano*<sup>6</sup>, há vítimas da violência indesejadas?

Junto a isso, sabe-se que o silenciamento e as interdições dos gêneros e das identidades, especialmente de gêneros e sexualidades<sup>7</sup> se encontram nos mais variados domínios do saber e nos múltiplos espaços de produção de poder. As travestis e trans são expulsas da vida em sociedade, empurradas para zonas de precarização social e de abjeção. Há, deste modo, um processo de segregação desses sujeitos dos núcleos familiares, escolares, laborais. Significam, via de regra, um grupo em *subalternização*<sup>8</sup> em termos de escolaridade baixa, trabalhos precários, ascensão social, impedimentos aos mais variados tipos de serviços e, fundamentalmente, são excluídos e silenciados de muitos campos sociais.

Mas, por outro lado, a protagonista, em certa medida, rompe com isso, pois ocupa o espaço da academia como doutoranda em teoria literária, o que permite “[...] escrever sobre a rua ao mesmo tempo que a vivo” (Amara, 2018, p. 296), assim como, em certa medida, acreditar “[...] em um mundo onde não seja preciso coragem nem desconstrução para amar travesti”. (Amara, 2018, p.176).

---

<sup>6</sup> Em Butler (2019, p.53), vidas são apoiadas e mantidas diferentemente e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física e humana é distribuída ao redor do mundo. Certas vidas, diz Butler, “serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar reação a essa. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como passíveis de ser enlutadas ao serem desumanizadas”.

<sup>7</sup> Assim como a categoria gênero grafa-se essa no plural.

<sup>8</sup> Vale-se de Spivak (2010) para compreender esta categoria.

#### 4. Conquistar uma linguagem para falar de si e para falar das outras

Em relação à linguagem, é importante pensar que se trata em “E se eu fosse puta/pura” de uma linguagem bastante simples, quase coloquial, de alguém que se sente à vontade contando em seu diário determinadas experiências que futuramente vão a público em um blog e depois são reunidas em livro. Não há um gênero escolhido, a narrativa flui entre diferentes formatos textuais de modo que, para o leitor, a leitura se assemelha a uma conversa; um diálogo que fará ressonâncias diferentes, causando identificação com parte das leitoras que se sentirá representada pelo relato e oferecendo, no mínimo, informações aos leitores que não conhecem tal realidade.

Tal opção pela linguagem bastante simples não apenas, como dito, parece evidenciar a preocupação da escritora com que seus relatos sejam entendidos tanto por aqueles sujeitos que vivenciam sua realidade quanto por aqueles que não a experimentam, mas também, localiza uma das questões centrais para os sujeitos trans e travestis, ou seja, a questão da representatividade<sup>9</sup>. Como nos possibilita pensar Butler, apesar de seus melhores esforços no sentido de ser um sujeito reconhecível (Butler, 2019) os sujeitos trans e travestis, via de regra, não encontram narrativas que incorporam suas vivências e experiências. É bastante incomum que escritoras/res trans e travestis, fundamentalmente no meio acadêmico<sup>10</sup>, encontrem-se representados.

A narrativa realizada por Amara concede, em certa medida, um lugar aos corpos (trans e travestis) que, em seus dizeres, não têm lugar. Tal situação apresenta-se fundamental em um contexto, como o brasileiro, que marginaliza estes sujeitos, central para que se possa localizar aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias que se demonstrem potentes para responder de maneira eficiente e sensível aos seus anseios, interesses e objetivos.

A linguagem leve e bem-humorada não esconde os episódios difíceis, as barreiras, fronteiras, dores. Importante destacar também que a narrativa das dores não esconde os prazeres que a narradora desfruta em alguns episódios e conta de maneira perspicaz e

---

<sup>9</sup> Para alguns/as a questão da representatividade é central para a inclusividade e deve ser vista como meio de oposição as interdições vivenciadas pelos sujeitos trans e travestis. (Jaqueline, 2015).

<sup>10</sup> Há, no entanto, alguns/algumas autoras que transpõem este cenário, exemplo deste são as autoras Jaqueline (2015) e Marina (2013).

envolvente. Sendo uma narrativa de si, cabe pensar que descaminhos e desvios também se apresentarão. Pelo relato, entendemos que assim que os episódios acontecem, Amara os registra nas notas de seu celular o que implicaria não cair nas armadilhas da memória em uma narrativa fresca, do recém-acontecido, no entanto, o falar de si já traz consigo alguns percursos singulares de pensar o acontecido e perder-se e encontrar-se nesse pensar.

Para Judith Butler (2021, p. 51):

Desse modo, o relato que dou de mim mesma no discurso nunca expressa ou carrega totalmente esse si-mesmo vivente. Minhas palavras são levadas enquanto as digo, interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo tempo da minha vida. Essa “interrupção” recusa a ideia de que o relato que dou é fundamentado apenas em mim, pois as estruturas indiferentes que permitem meu viver pertencer a uma sociedade que me excede.

Assim, Amara fala de si e para si, fala com um grupo e também de um grupo.

## **5. Conclusão**

Se ver e constituir-se travesti, como Amara relata em seu texto, é um processo no qual a marginalização se faz presente, como se pode perceber a partir da narrativa expressa em “e se eu fosse puta/pura. Travestis e trans são expulsas da vida em sociedade, empurradas para zonas de marginalização. Há, desta forma, um processo de segregação desses sujeitos dos núcleos familiares, escolares, laborais. Significam, via de regra, um grupo em subalternização em termos de escolaridade baixa, trabalhos precários, ascensão social, impedimentos aos mais variados tipos de serviços e, fundamentalmente, são excluídos de muitos campos sociais.

Ao percorrer o caminho da autobiografia, circulando por diferentes gêneros textuais que se entrecruzam no processo de relatar a si mesma e, escolhendo uma linguagem transparente, acessível, sem amarras e que apresenta quase que de maneira didática ao leitor um dialeto utilizado nas ruas por pessoas trans e travestis Amara propõe, para além da discussão acerca da literatura como veículo para discussões de temas sociais interditados, lidos como tabus, marginalizados, a versatilidade da narrativa autobiográfica e seu alcance na contemporaneidade, pois, uma vez falando de si, pode-se falar de um grupo, fazer com que

este grupo ausente do cânone literário sinta-se ali representado e, de outra parte, apresenta ao leitor que não conhece aquele viver, uma possibilidade de vislumbrar o cotidiano de uma travesti desde os primeiros obstáculos ao “ser” quem se quer até as vivências e violências experienciadas na rua quando a rua é o único local de trabalho para este grupo.

As ruas se travestem pela noite, abrigando figuras que causariam escândalo (incômodo?!) à luz do dia; o comportamento se traveste – a acadêmica da Unicamp alcança outra linguagem, até mesmo um outro dialeto no exercer de seu trabalho; seus clientes se apresentam de maneira diferente naquele local – são outros – já não os mesmos que passam os dias entre o trabalho e a casa e isso se mostra evidente nos relatos quando a escritora narra o final destes encontros / programas.

Dessa forma, partindo das hipóteses de que o texto de Amara, “e se eu fosse pura/puta” tem potencial para descortinar como textos literários estruturam aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias, bem como contribui para a reflexão das interdições experimentadas pelos sujeitos travestis e trans no contexto brasileiro falou-se, nesta investigação -de natureza interdisciplinar-, inicialmente, como uma linguagem distinta da empregada no âmbito jurídico, como o das artes, possibilita estruturar novos olhares acerca da mesma situação. Após, buscou-se compreender o processo de constituir-se de Amara. E, por fim, recursos foram empregados a fim de compreender como, ao falar de si, Amara fala com um grupo e também de um grupo.

Espera-se, então, que esta pesquisa - ao potencializar a produção de potentes diálogos entre os campos da arte e do direito - além de desvelar as interdições vivenciadas pelos corpos travestis e trans no contexto brasileiro, descortine aportes compromissados efetivamente com ideias emancipatórias que se demonstrem capazes para responder de maneira eficiente e sensível aos seus anseios, interesses e objetivos.

## Referências

AMARA, Moira. *e se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

AMARA, Moira. Destino amargo. In: MOIRA, Amora et al. (Org): *Vidas Trans*. São Paulo: Astral Cultural, 2017.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico – dilemas da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2010.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Apresentação. In: BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. (Org): *Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018, 2019*. Disponível em: <  
<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>  
>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

BRUM, Amanda Netto. DIAS, Renato Duro. *A construção social do conceito de reconhecimento do direito às sexualidades à luz da teoria de Nancy Fraser*. [Recurso eletrônico – on-line]. Florianópolis: Conpedi, 2022.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.

BUTLER, Judith. *Vidas precárias: os poderes do luto e da violência*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan*. Sobre los limites materiaes y discursivos del “sexo”. Bs As. (Argentina). Paidós, 2012.

DERRIDA, Jacques. *Esta estranha instituição chamada literatura*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*. Vontade de saber. São Paulo: Graal, 2010.

FRANCO, Adenize Aparecida e SOARES, Luis Henrique Moreira. Amara Moira – e se eu fosse puta. In: *Revista de literatura brasileira contemporânea*, n 53, p. 431-6, jan.-abr. 2018.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. São Paulo: DP&AEDITORIA, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero Sexualidade e Educação-Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

JAQUELINE, de Jesus Gomes. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. (Org): *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2019.

MARINA, Reidel, *A pedagogia do salto alto: histórias de professores transexuais e travestir na Educação brasileira*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em educação, Porto Alegre, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.